



A HORA

FAÇA SUA
ASSINATURA

51 3710.4200

51 99253.5508

grupoahora.net.br

ANÁLISE, CURADORIA E OPINIÃO DE VALOR

Quinta e sexta-feira, 2 e 3 novembro 2023 | Ano 21 - Nº 3440 | R\$ 4,00 (dia útil) R\$ 7,50 (fim de semana)



OPINIÃO
RODRIGO MARTINI

**Como ser justo na
divisão dos créditos?**



OPINIÃO
FILIPE FALEIRO

**Olhar atento sobre
a habitação no Vale**

MORADIAS PÓS-ENCHENTE

**Caixa aprova
22 áreas para
construção**

Três municípios entregam documentação e iniciam processo para acessar recursos da construção de moradias. No geral, há 430 unidades solicitadas. Lajeado e Encantado tem o processo mais adiantado e aguardam critérios para seleção.

PÁGINA | 5

AVISO AOS LEITORES

Devido ao feriado desta quinta-feira, A Hora volta a circular no fim de semana, 4 e 5

A HORA

Dia para honrar quem partiu

BIBIANA FALEIRO



MEMÓRIA | Neste 2 de novembro, religiosos celebram o Dia de Finados, com o objetivo de homenagear os entes que partiram. Para marcar o momento, familiares levam flores aos cemitérios e comunidades organizam missas e cultos pela região

PÁGINAS | 10 e 11

PRÉVIA DO ICMS

Arrecadação deve passar de meio bilhão no Vale

Relatório divulgado pela Famurs aponta incremento nos repasses para 37 dos 38 municípios da região em 2024.

PÁGINA | 6

ENTRAVES NO PROCESSO

Editais para obras na barragem serão revisados

Primeira tentativa do Dnit em licitar reforma foi fracassada após verificação de problemas nas empresas interessadas.

CADERNO | CIDADES

RECURSO ÀS EMPRESAS

Regras para médias e grandes passam por análise em Brasília

Reunião na sexta debate limite por CNPJs e qual será o desconto no juros

Como será o acesso aos créditos para faturamento de até R\$ 300 milhões? Essa é a pergunta central do setor produtivo regional. Equipe do Fundo Garantidor de Investimentos (FGI) tem audiência marcada. Pontas soltas

estão em quanto será permitido por empresa além do impacto da subvenção de R\$ 100 milhões do governo federal no percentual de juros. Financiamento será operado por 47 instituições financeiras.

PÁGINA | 7

Opiniãoanálise

Critérios, justiça e divisão

O aguardado financiamento do BNDES para o socorro de empresas impactadas pela histórica enchente de setembro se transformou em uma verdadeira novela. Além da aguardada burocracia para a liberação dos empréstimos a juros zero, a escolha – ou a falta – dos critérios para a distribuição de centenas de milhões de reais gera uma dor de cabeça incalculável aos agentes do governo federal. E o gargalo, assim como tantos exemplos no setor público, está na origem. O presidente Lula (PT) foi pressionado a apresentar uma solução imediata ao povo gaúcho. E ele agiu. Entretanto, e mesmo com a notável boa intenção, ao anunciar o famigerado R\$

1 bilhão, o chefe da nação ainda não detinha uma série de argumentos, estratégias e, por fim, os tais critérios para distribuição de valores. Eis o erro. Agora, será preciso muito jogo de cintura para contemplar – ou não – a expectativa já distribuída em 93 cidades gaúchas com calamidade reconhecida.

A nova pressão do setor empresarial e político da região é pela “atualização” da lista de cidades beneficiadas. Para tal, usam como parâmetro o novo decreto estadual, que estabeleceu 20 municípios em estado de calamidade reconhecida (entre esses, todos os atingidos no Vale do Taquari). E a matemática é simples. Uma coisa é dividir o bolo com 93 comunidades. Outra coisa é deixar 73

rodrigomartini@grupoahora.net.br

RODRIGO MARTINI

dessas de fora do rateio. Mas vamos combinar. Dificilmente o governo federal vai voltar atrás e alterar essa norma. Se trata de um movimento impensável no âmbito político/eleitoral. Imaginem as manchetes e comentários que seriam propagados nas cidades retiradas da atraente lista. Imaginem o quanto isso seria utilizado para literalmente “minar” os agentes do governo federal que atuam em solo gaúcho. Mais uma vez. A redução do número de beneficiados seria uma justiça diante da discrepância nos prejuízos apresentados. No entanto, ainda soa como uma utopia.



É preciso (e possível) ampliar o programa GPS Rural

Já escrevi sobre isso e reforço: o programa GPS Rural, implementado pelo governo de Estrela para garantir muito mais agilidade no atendimento às comunidades do interior, precisa ser replicado em todas as demais cidades do Vale do Taquari. É um modelo simples e barato, reforço. E muito eficaz. O georreferenciamento das propriedades rurais é um atalho tecnológico para viaturas policiais, ambulâncias e outros serviços públicos chegarem de forma muito mais ágil até os distantes e isolados cantos do nosso inte-



rior. É segurança, qualidade de vida e maior produtividade para o homem do campo, ou para quem decidiu trocar a rotina ur-

baña pelo som dos passarinhos. Eu reforço: é preciso e possível ampliar o GPS Rural para toda a região.

Julgamento e vingança

Assim como derrubaram a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) com as midiáticas e costumeiras pedaladas fiscais, os agentes políticos orquestraram um novo julgamento meramente político para sustentar ainda mais a ausência de Jair Bolsonaro (PL) dos próximos pleitos nacionais, estaduais e municipais. A diferença, entretanto, é a dose. A ex-presidenta, embora tenha sido retirada durante o mandato, não sofreu e nem sofrerá perseguições. Já o ex-presidente, esfaqueado na campanha de 2018, é alvo de uma aguardante vingança. As penas contra o principal representante da direita nacional são desproporcionais a muito do que já se viu, leu ou ouviu falar no âmbito político nacional. E diante da inércia de quem tanto se apoiou na popularidade do “Mito”, pode piorar.



TIRO CURTO



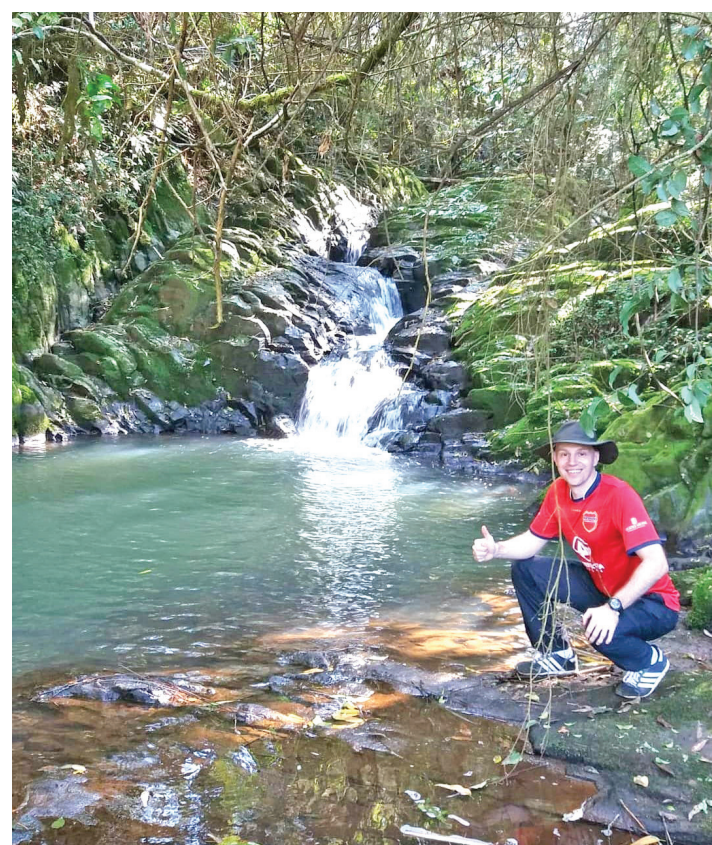
- Coordenador do Departamento de Trânsito de Lajeado e ex-chefe da Defesa Civil Regional, Vinícius Renner assume o cargo de Secretário Municipal da Segurança Pública de Lajeado de forma temporária entre os dias seis e 25 de novembro, durante as férias do titular da pasta, Paulo Locatelli.
- O partido Republicanos de Lajeado realiza evento para atrair mais filiados. O “Happy Hour 10” ocorre na segunda-feira, às 19h, na Rua Armindo Frederico Haetinger, no bairro Carneiros. A organização é do presidente municipal da sigla, o empresário João Giovanella.
- Em Estrela, o Republicanos atua nos bastidores para fortalecer a candidatura de Valmor Griebeler a prefeito. O ex-vice prefeito é o presidente municipal da sigla, e foi o segundo colocado no pleito municipal de 2022. Nesta semana, aliás, ele visitou o deputado federal e futuro Secretário de Habitação do RS, Carlos Gomes. Na pauta, ajuda e auxílio aos impactados pela enchente.
- A União, por meio do Dnit, promete republicar só no início de 2024 o aguardado edital para reforma da barragem de Bom Retiro do Sul. A primeira tentativa de licitar fracassou. E o medo é de que o processo não avance como o esperado. Afinal, é um investimento superior a R\$ 80 milhões. E as promessas e propostas sobre a nossa hidrovía geralmente ficam nas promessas e propostas.
- Aliás, será que o nível do Rio Taquari vai baixar durante as prometidas obras na eclusa? Isso ocorreu entre fevereiro e maio de 2021, por exemplo, quando foi possível rever as famosas ilhas entre Estrela e Lajeado. Desta vez, e diante das recentes e históricas enchentes, uma eventual diminuição no nível do leito pode ser ainda mais interessante para análise dos especialistas no tema.
- Em Arroio do Meio, moradores cobram melhorias nas estradas do Morro Ventania.
- Já em Encantado, o prefeito Jonas Calvi (PSDB) demonstra alguns sinais de cansaço. O mesmo já é perceptível em outros gestores das cidades mais impactadas pela histórica enchente de setembro. Com uma diferença: o tucano não possui vice.



OLHAR DO LUCAS



@lucaswarken



Diante do feriado, nosso peregrino de todas as sextas-feiras se antecipou e já encaminhou hoje a sua contribuição turística habitual. Desta vez, ele apresenta uma pequena cascatinha em Linha Três Reis, no interior de Coqueiro Baixo.

políticacidania

Três municípios inscrevem 430 construções em programa federal

Lajeado e Encantado estão com os processos mais adiantados. Prefeitos aguardam portaria do Ministério das Cidades para iniciar seleção de famílias e abrir concorrência para empreiteiras interessadas nas obras

Filipe Faleiro
filipe@grupoahora.net.br

VALE DO TAQUARI

Das oito cidades do Vale em situação de calamidade com garantias para construção de residências via Minha Casa Minha Vida, três iniciaram o processo na Caixa Econômica Federal. Os técnicos da instituição financeira e do Ministério das Cidades aprovaram 22 áreas. São avaliados aspectos relativos a urbanização, acessos pavimentados, fora de áreas de risco para inundação e deslizamentos, além da proximidade a postos de saúde, escolas, creches e mercados. Neste sentido, três municípios encaminharam as documentações para

garantir o benefício das moradias. Os mais adiantados são Encantado e Lajeado. Juntas, somam 330 moradias. “Aguardamos a portaria do governo federal, com a definição das regras de acesso. Depois disso, iniciamos a seleção das famílias e o processo para seleção da construtora”, afirma o prefeito de Lajeado, Marcelo Caumo. Na cidade, há sete áreas disponíveis para a construção de 150 unidades. Diferente do MCMV padrão, em que se concorre com todos os municípios do país, o modelo calamidade garante as obras. “Ainda elaboramos os critérios. Alguns previstos é dar preferência para proprietários de casas perdidas pela cheia e para moradores de áreas ribeirinhas tanto do Rio Taquari quanto dos arroios.”



FILIPE FALEIRO

Em Encantado, o projeto entregue estabelece a construção de 180 moradias. A área analisada fica no bairro Navegantes, em área do município. Também há um pedido para desapropriação de outro terreno da União para um novo loteamento e distrito industrial. Já em Arroio do Meio, pela área analisada ser particular, é preciso fazer o processo de desapropriação. Um projeto de lei para autorizar o Executivo a buscar créditos

Relatório preliminar aponta que enchente danificou cerca de duas mil residências em oito municípios. Governo federal garante recursos a fundo perdido para até 1,5 mil unidades

para comprar os lotes está em análise no Legislativo. Pela proposta, serão 100 moradias. Além da área, há um entrave quanto aos critérios de equipamentos públicos. Foi solicitada ao Ministério a retirada da

exigência de haver um mercado próximo as unidades. Todas serão construídas a fundo perdido. Significa que a família escolhida ganhará o imóvel sem ter que pagar. Pela garantia apresentada pelo governo federal, serão até 1,5 mil moradias às 93 cidades gaúchas com calamidade homologada pela Defesa Civil. Pelo Ministério das Cidades, há determinações de renda aos beneficiários. Famílias atingidas pela cheia com renda de até R\$ 4,6 mil podem estar entre as selecionadas.

“Processo avançado”, analisa porta-voz

O secretário de Comunicação Institucional da Presidência, responsável pelo escritório federal no Vale, Maneco Hassen, acredita que as portarias do Ministério das Cidades para liberação de verbas aos municípios de Encantado e Lajeado ocorram na próxima semana. “Os encaminhamentos estão sendo feitos com agilidade, tanto pelos municípios, quanto pelo governo federal. O processo está avançado e teremos a construção das moradias em breve”. De acordo com ele, há pelo menos R\$ 180 milhões separados do orçamento federal para a construção do MCMV Calamidade.

ESCANEIE E APROVEITE AS VANTAGENS DO IMEC MAIS



Baixe o app
**imec
mais**
e tenha tudo na palma da sua mão!



Sua Economia Usando Imec Mais
(MENU CONTA > ESTATÍSTICAS)



Cashback
(MENU CONTA > CASHBACK)



Ofertas Exclusivas



Todas Nossas Ofertas



Seu Histórico de Compras

Realização  **IMOJEL**  **GRUPO A HORA**

Líderes buscam resolver impasse sobre cobrança do tratamento de esgoto

Moradores do bairro Moinhos questionam valores da cobrança da tarifa relacionada à rede de captação de efluentes domésticos



Um novo olhar sobre os bairros

Bianca Mallmann
biancathaismallmann@gmail.com

LAJEADO

Corre na próxima semana uma reunião no bairro Moinhos com o objetivo de resolver o impasse entre moradores e Corsan a respeito da cobrança por disponibilidade para tratamento de esgoto. O encontro está marcado para a

quarta-feira, 8, no ginásio da Cohab Moinhos, a partir das 18h30min. Também deve contar com a participação de representantes da Aegea, Ministério Público e vereadores.

Desde junho do ano passado, notificações começaram a chegar nas casas dos moradores com a solicitação para procederem com a instalação dos canos na rede da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). Pelo documento, os proprietários teriam 180 dias para fazer a obra. Nos casos em que não foi feita a adequação, foi implementada uma taxa, que é referente tanto à disponibilidade de ligação quanto à coleta e tratamento dos efluentes. Essa cobrança é feita com base em normativa da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados (Agergs).

Muitas famílias não tinham condições de efetuar as obras solicitadas. Conforme a Associação de Moradores do Bairro Moinhos, estas pessoas não conseguiram fazer as adequações por motivos estruturais, onde teriam que quebrar todo o chão das residências, e dos custos envolvidos. Com isso, estes moradores começaram a receber



Demanda dos moradores também foi apresentada na câmara de Lajeado

cobrança das tarifas, que chega a 70% sobre o custo do metro cúbico de água consumido.

“Estamos cientes de que a cobrança está amparada legalmente e da importância do tratamento de esgoto. Mas esse é um percentual muito alto. Queremos debater isso com os responsáveis e entrar em um consenso. Também não entendemos porque começaram essa cobrança na Cohab Moinhos, um

dos bairros mais humildes do município. Aqui são casas populares, muitas famílias de baixa renda que vivem com o básico”, diz Cândido Roberto dos Santos, representante da Associação.

A presidente da entidade, Tânia Dossena, informa que são quase 200 pessoas impactadas. Em alguns casos, a conta varia entre R\$ 700 e R\$1mil. “A conta financeira não fecha mais. São famílias que vivem com um ou dois salários mínimos. Tem gente que precisa decidir se faz rancho ou se paga a conta de água.

Tem que escolher”, lamenta a presidente.

Advogada que representa os moradores, Juliana Buzatta afirma que o grupo vai buscar alternativas. “Juridicamente falando, a cobrança é legítima. Mas existem alguns pontos em que precisamos ser oportunistas e aproveitar a negociação do contrato entre o município e a Aegea”, informa Juliana.

Entre os pedidos, está a revisão dos critérios e ampliação da faixa da cobrança da tarifa social, hoje praticada para residências de até 60 m². Conforme a advogada, as famílias impactadas moram em casas populares, mas com metragem maiores por conta de ampliações feitas ao longo dos anos. “Só que a renda da família é baixa, não tem condições de pagar essa taxa todos os meses”, diz a advogada.

Outro ponto a ser questionado pela associação é a execução do serviço de tratamento de esgoto, quanto à fiscalização do serviço e se ele é prestado de forma correta. “A queixa dos moradores é que não funciona”, diz.

A Corsan afirma que está ciente da manifestação dos moradores do bairro Moinhos e “já em tratativas para a construção conjunta de uma solução relacionada ao pagamento da tarifa. Em torno de 200 residências da região pagam por disponibilidade, cobrança prevista em lei quando há rede coletora de esgoto disponível, mas a residência não está conectada à mesma.”

**MEDICAL SAN** medicalsanbr

INOVAÇÃO, ALTA TECNOLOGIA
E GRANDES RESULTADOS
TÊM NOME: **LINHA DE ALTA**
GAMA MEDICAL SAN!



Acesse o QR Code e conheça os melhores equipamentos para **Estética, Medicina Estética e Odontologia.**

